



**ESTADO DO PIAUÍ.**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 12 DE 22 DE JUNHO DE 2010.**

*22 06 2010*  
*[Assinatura]*

*Dispõe sobre a aprovação do nome de  
ANTONIO CARLOS NOGUEIRA DE  
CARVALHO, para compor o Colendo  
Conselho Estadual de Educação.*

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PIAUÍ.**

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo, na conformidade do disposto no art. 39, da Lei nº 3.273, de 10 de maio de 1974, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º da Lei nº 4.600, de 30 de junho de 1993, combinado com o § 2º do art. 8º da Lei nº 5.101, de 23 de novembro de 1999, combinado também com o art. 27, V e art. 223, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí aprovou e eu, em obediência ao contido no art. 19, VI, “j” do mesmo Regimento promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º - Fica aprovado a indicação do nome de **ANTONIO CARLOS NOGUEIRA DE CARVALHO**, para compor o Colendo Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS, PALÁCIO PETRÔNIO  
PORTELA**, em, Teresina. PI, 22 de Junho de 2010.

*[Assinatura]*  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO.**  
Presidente



Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE

Em 21/06/2010

1º Secretário

OF. Nº 231 /GG

Teresina(PI), 18 de JUNHO de 2010.

Senhor Presidente,


Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para, na forma do disposto no art. 220 da Constituição Estadual e por seu intermédio, submeter à aprovação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o nome de **ANTONIO CARLOS NOGUEIRA DE CARVALHO**, para compor o Colendo Conselho Estadual de Educação, na qualidade de **TITULAR**, conforme o § 2º do art. 8º da Lei nº 5.101, de 23 de novembro de 1999, para um mandato complementar de 2 (dois) anos.

Cumpre assinalar que a indicação acima referida para compor o Egrégio Conselho Estadual de Educação, decorre de norma legal, qual seja, o art. 39, da Lei nº 3.273, de 10 de maio de 1974, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º da Lei nº 4.600, de 30 de junho de 1993, combinado com o § 2º do art. 8º da Lei nº 5.101, de 23 de novembro de 1999.

Trata-se, como se vê, de candidato com idoneidade moral e que representa muito bem o referido Conselho conforme anexo Curriculum Vitae.

Assim, satisfeitas as exigências legais para a indicação em causa, espero que o nome acima citado mereça a aprovação dos Excelentíssimos Senhores Deputados, a fim de que possa o Egrégio Conselho Estadual de Educação desempenhar o seu mister de forma plena e compatível com a sua nobre função.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
WILSON NUNES MARTINS  
Governador do Estado do Piauí

Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí  
NESTA CAPITAL

TESTEMUNHA-SE, N. 06.2010.  
PARECER LITURGICO EM PLANO  
Raimundo Maílon Reis de Freitas  
Secretário Geral da Mesa

# **CURRÍCULUM VITAE**

**ANTONIO CARLOS NOGUEIRA  
DE CARVALHO**

---

“DADOS PESSOAIS”

**ANTONIO CARLOS NOGUEIRA DE CARVALHO**

DATA / NASC. 24/04/1963

Filiação: João Batista de Carvalho e Maria

Nogueira dos Santos Carvalho

C P F: 218.181003/63

CI: 670 558 PI

NATURALIDADE: Valença do Piauí - PI

End: Rua Wilson do Egito Coelho N°3686, Ininga

Teresina - PI

Fone: 9987-6874 / 3232-6374

---

Sacerdote Católico membro do Clero da Arquidiocese de Teresina.

Graduado em Filosofia e Teologia pelo Seminário Sagrado Coração de Jesus de Teresina-PI.

Coordenador do Curso de Teologia da Universidade Federal do Piauí.

Membro do Conselho Diretor da UFPI no período de 2002 a 2006.

Membro do Fórum Nacional do Ensino Religioso.

Ex-membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

Pároco da Paróquia João XXIII, Arquidiocese de Teresina, que compreende os bairros: Noivos, São João e Recanto das Palmeiras.



## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
para os devidos fins.

Em 28 / 06 / 50

Leopoldo  
Conceição de Maria Alves R.  
Chefe do Núcleo de Legislação

Ao Deputado João  
de Deus  
para relatar

Em 28 / 06 / 50

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça

Processo AL nº 1008/10 – Projeto de Decreto Legislativo – nº 12/10, que  
*“Dispõe sobre a aprovação do nome de Antonio Carlos Nogueira de  
Carvalho, para compor Colendo Conselho Estadual de Educação”*.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Deputado Themístocles Filho (Mesa Diretora)

Relator: Deputado João de Deus (PT)

Processo CCJ Nº.     /2010

### **RELATÓRIO:**

No que tange a competência da proposição, a mesma se enquadra nos dispositivos constitucionais vigentes (art. 39, da Lei nº 3.273, de 10 de maio, com a redação que lhe foi dada pelo art. 10 da Lei nº 4.600, de 30 de junho de 1993, combinado com o §20 do art. 80 da Lei nº 5.101, de 23 de novembro de 1999).

Quanto ao tramite, a proposta sob análise preenche os requisitos inseridos no Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 27, V e art. 223).

No que tange a capacidade técnica do Colendo indicado em ocupar o cargo no Conselho Estadual de Educação, observa-se que seu currículo vitae em anexo contempla capacidade técnica e experiências aptas para exercer o Colendo.

O referido Projeto de Decreto Legislativo está instruído com os documentos exigidos legalmente para sua apreciação. Não existindo, portanto, qualquer **impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental à sua tramitação.**

É o que temos a relatar.

**VOTO DO RELATOR:**

Atendidos os preceitos incertos no art. 39, da Lei nº 3.273, de 10 de maio, com a redação que lhe foi dada pelo art. 10 da Lei nº 4.600, de 30 de junho de 1993, combinado com o § 20 do art. 80 da Lei nº 5.101, de 23 de novembro de 1999 e o disposto no art. 27, V e art. 223, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, o **Relator vota pela constitucionalidade da matéria.**

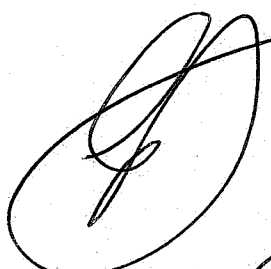
**PARECER DA COMISSÃO:**

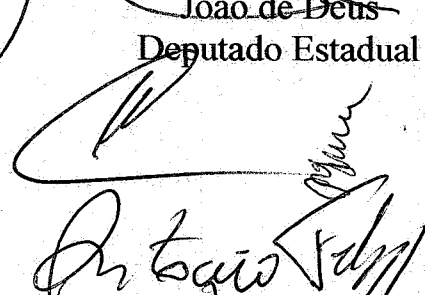
A Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

( ) **pelo acatamento do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presente a reunião, mediante a aposição de suas respectivas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

( ) **pela rejeição do Voto do Relator**, apurada através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presente a reunião, mediante a aposição de suas respectivas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

Sala da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Piauí, em Teresina (PI) 24 de agosto de 2010.

  
João de Deus  
Deputado Estadual

  
Antonio Sá

*Reunião conjunta*

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 09 / 08 / 10
Presidente da Comissão de
Justiça e
Adm. Pública